

UM PERCURSO POLÍTICO.
DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL
AO EXÍLIO AMERICANO

THOMAS MANN

UM PERCURSO POLÍTICO.
DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL
AO EXÍLIO AMERICANO

Seleccção, organização e prefácio de
TERESA SERUYA

Tradução e notas de
TERESA SERUYA, GILDA LOPES ENCARNAÇÃO e SARA SERUYA



BERTRAND EDITORA

Lisboa 2016

PREFÁCIO*

* As notas referentes ao prefácio encontram-se na página 189 (*N. do E.*).

1. Introdução geral

A língua e a cultura portuguesa já acolhem hoje toda a obra romanesca, as novelas e os contos de Thomas Mann, autor alemão que integra o cânone da literatura estrangeira em Portugal, e em lugar cimeiro. Se pensarmos apenas nos autores de língua alemã, é, sem dúvida, dos mais prestigiados, cuja publicação sempre merece destaque. Nos últimos tempos não só tem sido objecto de retraduições, fenómeno que indicia a vitalidade de um autor no sistema literário de acolhimento (*A Montanha Mágica, Os Buddenbrooks, As Cabeças Trocadas*), como se publicou um romance nunca traduzido antes (*Lotte em Weimar*) e alguns contos também não conhecidos ainda em língua portuguesa (no volume *Contos*).

Embora não se negue que a obra literária é a base da identidade autoral de um escritor, o conhecimento deste não pode basear-se apenas naquela, sobretudo no caso de personalidades que se envolveram empenhadamente na vida literária e política do seu tempo, não só produzindo pensamento político, como reagindo a acontecimentos ou tomando partido em momentos cruciais da evolução político-social — como foi o caso de Thomas Mann. Ora, à excepção do texto *Goethe e Tolstoi* (que não é propriamente político e faz parte de um vasto conjunto de ensaios sobre figuras da literatura

e da filosofia), os ensaios políticos de Mann e, conseqüentemente, todo o seu pensamento e actuação nesta esfera, não são conhecidos do público português. Aliás, também não é fácil encontrar traduções destes textos nas principais línguas europeias em que o autor está abundantemente presente (inglês, francês, espanhol). É necessário ainda acrescentar que, além dos textos políticos, Mann deixou milhares de páginas em diários e correspondência, material igualmente precioso de consulta para um seu retrato mais completo e verdadeiro. Tal como, recentemente, se traduziram entre nós os diários de Kafka (2014, por Isabel Castro Silva, na editora Relógio D'Água), esperamos que no futuro também venha a ser possível publicar em português alguns diários de Thomas Mann.

A presente publicação pretende justamente começar a colmatar a falha descrita, proporcionando ao leitor português uma curta selecção dos ensaios políticos de Mann considerados representativos da sua evolução ideológica, desde a defesa radical da guerra (em *Pensamentos em tempo de Guerra*, 1914, e *Pensamentos a propósito da Guerra*, 1915) em nome de uma ideia de cultura alemã oposta aos valores das democracias ocidentais da época (Inglaterra e França), até ao exílio americano onde fora parar pela sua oposição frontal ao Nacional-Socialismo, cujos primeiros sinais teve a lucidez de detectar bem cedo, e do qual seria uma das primeiras vítimas entre os escritores. Pelo meio ficou a sua (inesperada e surpreendente) defesa pública da República (de Weimar) perante o engrossar (que tão cedo se lhe tornou evidente) das forças nacionalistas anti-republicanas (em *Da República alemã*, 1922) e o seu apelo à burguesia alemã para que defenda a República (*Alocução alemã. Um apelo à razão*, 1930). São significativas também as suas análises, no exílio, ao carácter alemão e às razões do apoio popular a Hitler (*O meu irmão*

Hitler), bem como o discurso da culpa e uma explicação psicológica da germanidade e do comportamento dos alemães perante o Nacional-Socialismo (*A Alemanha e os Alemães*, 1945). É este o conjunto de textos que propomos ao leitor.

Neste prefácio propomo-nos contextualizar o percurso ideológico do autor, começando por tentar compreender aquilo que hoje, passado um século, ninguém ousaria justificar num espaço público aparentemente pacifista: a defesa acérrima da Guerra, associada à certeza da vitória alemã, pelo que convém recordar o clima político, alemão e europeu, próximo do Verão de 1914. Acresce a estranheza, aos nossos olhos, de todo um edifício argumentativo à volta da associação entre guerra e cultura.

2. «A ingenuidade acompanhou o júbilo em Agosto de 1914, no final de um longo período de paz» (Walter Kempowski)¹

Os tempos que antecederam o Verão de 1914 estão bem retratados em dois títulos que tiveram eco significativo entre nós: da historiadora inglesa Margaret MacMillan, *A Guerra que acabou com a paz. Como a Europa trocou a paz pela Primeira Guerra Mundial* (2013, tradução portuguesa em 2014), e *Os Sonâmbulos. Como a Europa entrou em guerra em 1914*, de Christopher Clark (2012, tradução portuguesa também em 2014). MacMillan descreve de forma muito viva e convincente o ambiente de despreocupação (por múltiplas razões) que se vivia numa Europa que, pela primeira vez na sua história, tinha atrás de si quatro décadas de paz e prosperidade. Quanto aos protagonistas de 1914, «eram sonâmbulos, vigilantes que não viam — assombrados por sonhos, mas cegos à realidade do horror que se preparavam para trazer ao mundo.»

(Clark 2014: 593). Na Alemanha resultou num enorme sucesso o livro de Florian Illies *1913. Der Sommer des Jahrhunderts* [1913. O Verão do século]² (1.^a edição em 2012, em livro de bolso em 2014), de certo modo complementar com o de MacMillan, ao reconstruir mês a mês, em micronarrativas separadas graficamente e aparentemente desconexas, o que se passava no ano de 1913 nas vidas públicas e privadas de artistas, escritores, intelectuais, industriais, etc. O mosaico, muitas vezes humorístico e sempre irónico, dá, contudo, uma ideia sobre a percepção dos tempos da parte das elites que resulta bastante realista e se pode resumir, quanto ao que nos interessa, em que uma guerra era algo de inimaginável. Illies regista aquele que é, talvez, o sinal mais palpável de tal clima de «normalidade»: a grande repercussão do livro do publicista britânico Norman Angell (viria a ser Prémio Nobel da Paz em 1933) *The Great Illusion*, é certo que vindo a público em 1910, mas tendo saído uma 4.^a edição em 1913, ao mesmo tempo que o autor publicava uma carta aberta aos estudantes alemães, alvo de enorme atenção pública, e que reforçava as suas teses: a era da globalização tornava impossível qualquer guerra mundial, pelo facto de todos os países estarem há muito ligados pela economia. Além das redes económicas, também as ligações internacionais na comunicação e, sobretudo, no mundo financeiro tornavam absurda qualquer guerra. Mesmo que os militares alemães se quisessem medir com a Inglaterra não havia «nenhuma instituição significativa na Alemanha que não viesse a ressentir-se gravemente». Impedir-se-ia a guerra, porque nesse caso «a influência de todo o mundo financeiro alemão no governo alemão far-se-ia valer para pôr fim a uma situação ruínosa para o comércio alemão» (*apud* Illies 2014: 155). Illies opina mesmo que «a tese de Angell convenceu os intelectuais no mundo inteiro.» (*Ibidem*).

São justamente testemunhos autobiográficos (cartas e diários) de escritores, artistas, cientistas e académicos que foram reunidos por Peter Walther em *Endzeit Europa* [«Fim dos tempos na Europa»] já em 2008. São aqui numerosas as manifestações tanto de afastamento da realidade como de entusiasmo sobre o próximo desencadear das hostilidades. Sirva de exemplo do primeiro caso esta carta de Richard Strauss a Gerty von Hofmannsthal de 31 de Julho de 1914: «Ainda hoje estou firmemente convencido de que, primeiro, não vai haver nenhuma guerra mundial, de que a pequena escaramuça com a Sérvia estará terminada em breve e de que sempre vou poder acabar o III Acto da minha “Mulher sem Sombra”. Diabos levem os malditos sérvios!» (Walther 2008: 24). A exaltação patriótica está bem documentada nesta carta de Edmund Husserl ao irmão Heinrich, datada de 8 de Agosto de 1914: «Não podes imaginar o que se consegue aqui com este grandioso processo da mobilização. (...) E esta atmosfera grave e séria, esta determinação firme, esta alegria e esta calma! São vivências poderosas. Tudo está cheio do espírito do mais puro amor à pátria e da alegria do sacrifício. Não há lágrimas nem lamentações (...) é absolutamente certo que vamos vencer. (...) De resto, as notícias de todos os lados mostram que a nossa gente é que possui o velho, o grande espírito guerreiro.» (42). Claro que não faltaram vozes que prenunciaram a catástrofe.

O destacado poeta expressionista alemão Ernst Stadler alerta a 5 de Agosto para que «já se começou a não dar valor a meia dúzia de vidas humanas» (32) e o romancista judeu Jacob Wassermann declara a 4 de Agosto que «as nações da Europa se despedaçam umas às outras», acrescentando que «seja o que for que nos está reservado em sofrimento, privações, miséria e horrores, o que domina são as forças elementares, e o destino do indivíduo já não é tido

em consideração.» (33). Stefan Zweig merece destaque neste grupo; ele, que nunca teve ilusões sobre a devastação provocada pela guerra, escreveu a 4 de Agosto no seu diário que «este é o dia mais terrível de toda a minha vida» e que «tudo o que a humanidade viveu até agora é um jogo de crianças comparado com este acto radical [com a quebra da neutralidade belga pelas tropas alemãs]» (34).

No entanto, o documento mais significativo do apoio das elites intelectuais alemãs (que se juntaram ao Parlamento e à generalidade da população) à política de guerra do seu governo está no manifesto *An die Kulturwelt! Ein Ausruf*, também conhecido como o «Manifesto dos 93», divulgado por toda a imprensa alemã, nos primeiros dias de Outubro de 1914. Participaram nele artistas, cientistas, teólogos, músicos, escritores e professores universitários.

Em seis parágrafos que começam todos com «Não é verdade que...» desmentem os seus autores tudo o que se dizia na Europa sobre as culpas alemãs no desencadear das hostilidades, nomeadamente a violação da neutralidade belga ou a devastação, pelos exércitos alemães, da cidade de Lovaina. É significativo que os destinatários sejam «o mundo da cultura», e os autores se identifiquem como «representantes da ciência e da arte alemãs», mais, como pertencendo a um «povo de cultura» [Kulturvolk], herdeiro de Kant, Goethe e Beethoven..., disposto a lutar até ao fim...³

O manifesto foi traduzido em muitas línguas e recebido no estrangeiro com um coro de críticas e indignação. Alguns assinantes retiraram o seu nome pouco depois, mas não deixa também de ser elucidativo de um espírito do tempo dominante que um contra-manifesto pacifista, de meados de Outubro, da iniciativa de G. F. Nicolai, professor universitário de Fisiologia, de Albert Einstein e do filósofo e pacifista Wilhelm Foerster, não chegou a ser divulgado por

falta de adesão. Aliás, já durante o II Império o movimento pacifista alemão tivera um papel apenas marginal, era uma «minoría hostilizada» (Holl/Wette 1981: 11).

3. O contexto pessoal e literário de Mann 1914-1918

Em Novembro de 1913 Thomas Mann queixava-se ao irmão Heinrich de vulnerabilidade, fraqueza e esgotamento e não escondia a «simpatia com a morte» que tão exemplarmente retratara em *A Morte em Veneza*, publicada nesse mesmo ano. Confessa-lhe o seu interesse pela decadência («Verfall»), «o que me impede de me interessar pelo progresso». Julga-se, além disso, esgotado como escritor, actividade que chega a dizer que nunca devia ter abraçado (Walther, 13). Mas também ele foi completamente apanhado de surpresa quando a guerra rebentou. A 30 de Julho de 1914 escreve ao irmão, alarmado com as notícias da mobilização geral e do corte das comunicações telefónicas e telegráficas com Munique: «Tenho de confessar que me sinto abalado e envergonhado pela terrível pressão da realidade. Até hoje eu era optimista e incrédulo (...)» (*apud* Mendelssohn 1975: 980). Respondendo à ordem de mobilização geral, Thomas Mann apresenta-se para ser incorporado, mas livra-se de que lhe «espetem com um mosquete na mão» (palavras suas) porque o médico que o examina o reconhece e venera. Comentário irónico do felizardo: «Eis um caso, nada típico dos alemães, de corrupção pela literatura». (*Ibidem*: 986)

As cartas das primeiras semanas da guerra mostram que Mann, embora espiritualmente preparado para a guerra, era de uma ingenuidade política total. Não estava sozinho no diagnóstico do tempo de paz que se vivia como sendo de «uma indolência sem qualquer tensão», semelhante ao

«engordar letal de um corpo que precisa de estímulos extremos para ser capaz de um só movimento que seja» (palavras do amigo J. Wassermann, *Ibidem*: 989). O número de Setembro 1914 da revista *Neue Rundschau*⁴ apareceu recheado de posições parecidas com as suas (R. Dehmel⁵, Emil Ludwig, Alfred Kerr, R. Musil e o.). Até o pacifista Hermann Hesse usou a palavra «podre» para falar daqueles anos, confiando no efeito purificador da guerra (*Ibidem*: 990).

De um modo geral pode dizer-se que Mann e o seu círculo padeciam de uma falta de conhecimento concreto do mundo com o qual a Alemanha estava em guerra. Dele só tinham uma ideia literária, mal sabiam línguas e conheciam as obras-primas das literaturas russa, inglesa e francesa apenas por traduções. Além disso, Mann tinha muito poucas obras de história na sua biblioteca, obras políticas modernas escasseavam ainda mais, não recebia em casa e mal reparava na existência de publicações pacifistas (*Ibidem*: 990s.).

Muito sucintamente, é este o contexto em que Mann, a 22 de Agosto de 1914, começa a escrever *Gedanken im Krieg*, o primeiro dos seus textos relacionados com a Guerra e aquela guerra. Terminá-lo-ia a 12 de Setembro, justamente o dia em que acabou a chamada Primeira Batalha do Marne, com uma vitória franco-britânica sobre a Alemanha. Este ensaio (publicado no número de Setembro da *Neue Rundschau*, 1914) foi apenas o primeiro de um conjunto coeso de escritos que se impõem à nossa consideração. Seguir-se-ão *Friedrich und die grosse Koalition* [Frederico e a Grande Coligação] (1915), a chamada «Carta suca» ao jornal *Svenska Dagbladet* (Maio de 1915), ainda um *Gedanken zum Krieg* [Pensamentos a propósito da guerra, sublinhado meu] (1915, no *Frankfurter Zeitung*, publicado em livro pela primeira vez só em 1974) e, finalmente, o seu testamento político, as *Betrachtungen eines Unpolitischen* [Considerações de um não-político],

escrito entre 1915 e 1918, já publicado no Verão deste ano. Trata-se de um conjunto coeso que revela como Mann, ao longo dos quatro anos, não alterou as suas posições nem com o desfecho da Guerra. Estas posições acabariam por surgir, muito desenvolvidas, nas *Betrachtungen...* que marcam o fim da sua visão da Alemanha e da germanidade como algo de único e excepcional no seio da Europa. Quando retoma o trabalho n' *A Montanha Mágica* em 1919 já está em trânsito para a adesão à democracia e à República de Weimar⁶.

4. Novos desafios: a Revolução, a República e a Democracia

Para melhor se compreender o significado da tomada de posição pública de Mann em defesa da República de Weimar (1922) convém recordar que a derrota da Alemanha em 1918 coincidiu com o derrube da monarquia e a proclamação da República, mas também com a Revolução de Novembro e as Repúblicas de Conselhos de Operários e Soldados que certas forças mais radicais quiseram instaurar na Alemanha à semelhança do modelo soviético, vencedor desde 1917. Thomas Mann, vivendo em Munique, foi testemunha directa da República de Conselhos da Baviera (Maio de 1919), na qual participaram, em destaque, escritores e intelectuais como Ernst Toller, Erich Mühsam, Gustav Landauer e Ret Marut. Outros autores que ali se encontravam, como Lion Feuchtwanger e Bertolt Brecht, também reflectiram nas suas obras as experiências das práticas revolucionárias. Como bem comprovam os seus diários de 1918 a 1921, publicados apenas em 1979, Mann não tinha, nesta altura, a mais pequena simpatia pelo movimento revolucionário, pelo contrário, mostra-se um verdadeiro reaccionário que se

alegra com a derrota, nas eleições locais, dos partidos republicanos, a favor dos partidos nacionalistas e monárquicos, por considerar que aquele resultado representa um protesto «contra a actual pocilga» (08-06-1920, Mann 1979: 444).

Mas vai mudar lentamente de ideias, começa a duvidar da justeza do nacionalismo anti-republicano, e fica chocado com o assassínio, em 1922, de Walter Rathenau, judeu liberal e ministro dos Negócios Estrangeiros, cujo trabalho de reconciliação com a França e com a Rússia e política de coexistência entre o Leste e o Ocidente tinha admirado. Rathenau morreu às mãos da direita radical anti-semita, num sinal claro do peso e da organização das forças anti-republicanas logo nos primeiros anos da jovem República de Weimar. A ocasião para tornar pública a mudança surge em 1922, por ocasião do 60.º aniversário do grande dramaturgo Gerhard Hauptmann, quando faz o seu discurso de felicitações para apelar à juventude e à burguesia alemã para que não ataquem a República: *Da República alemã (Von deutscher Republik)*. Convém recordar que o novo regime nascera com a oposição duma parte substancial do povo alemão, para quem esta génese surge associada à derrota e à assinatura do humilhante Tratado de Versalhes, com o seu cortejo de efeitos traumáticos que, segundo muitos, explicam em boa parte o futuro sucesso da ideologia nazi. A oposição à República vem em boa parte da burguesia, na qual Thomas Mann se insere, afirmando sempre que «sou um autor burguês. Sou um artista da burguesia e, portanto, é à burguesia que me dirijo». Estamos perante uma profissão de fé republicana, embora feita em termos pouco políticos, pois vai fundamentá-la culturalmente, primeiro no Romantismo alemão, com textos de Novalis, depois no americano Walt Whitman, em quem descortina afinidades com o poeta da

«flor azul», além de muitas consigo próprio... E, à palavra «democracia» continua a preferir a «Humanität». Mais ainda, se é que existe uma ideia unívoca de república, Mann não está muito confortável com ela. Ao interrogar-se se a República não será «apenas um nome para a feliz e popular ideia da unidade entre o Estado e a Cultura», não estamos perante uma adesão ao legado dos conteúdos políticos do conceito de república, mas antes perante uma operação mental de salvar para a República de Weimar aquilo a que Mann chama a vocação alemã do **Meio**: «um misto de temporal e sobrenatural», «social e interior», entre o Romantismo e a *Aufklärung*, a Mística e a Razão. Assim, a República coincide com a sua *Humanität*...

É também no ano de 1922 que faz as pazes com o irmão Heinrich, com quem cortara relações por divergências políticas. A tomada de posição a favor da República traz uma certa harmonia à família Mann e tem ecos públicos. Na imprensa republicana e democrática a adesão é bem-vinda, mas nos fortes sectores nacionalistas e conservadores o nosso autor é objecto de escárnio. São forças poderosas que não são de subestimar. Thomas Mann, aliás, fica muito mais incomodado com os ataques dos conservadores nacionalistas do que satisfeito com o elogio das forças republicanas.

Em 1924 publica *Der Zauberberg* [A Montanha Mágica], um *Zeitroman* [romance de época] que, nas próprias palavras do autor em 1939, pretendeu ser «um documento do estado de alma e da problemática espiritual da Europa no primeiro terço do século XX». (Mann 1984: 66). Embora a história termine com o início da Primeira Guerra Mundial pode dizer-se que Mann, nos confrontos ideológicos que põe em cena, tem pelo ideário republicano e democrático da «civilização» mais compreensão do que pela tradição conservadora associada ao ideal de «cultura», embora deixe em aberto qual deles vencerá depois do conflito.